



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA/PB

Processo: 08001562420188150941

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PAULO ROBERTO LOPES CABRAL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Observa-se que o boletim de ocorrência informa a ocorrência de acidente de trânsito em 18/07/2016, enquanto a documentação médica informa a data de 18/07/2017. Logo, em razão da divergência de datas, não é possível realizar a correspondência entre a lesão apontada na documentação médica e o sinistro de trânsito narrado no documento policial.

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
 16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
 DELEGACIA DE IMACULADA  
 Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

**CERTIDÃO**

JOSE ROMÃO LUSTOSA NETO, Agente de Investigação no uso de suas atribuições, o, a pedido verbal do SRA. ELIS MARCIA GONÇALVES FELIX, que encontra-se arquivado nas páginas 321 e 322, do LIVRO DE OCORRÊNCIAS Nº 06, o BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 082/2017, com conteúdo conforme a seguir:

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 082/2017**  
 (LIVRO 06)

DIA E HORA DA NOTÍCIA: DIA 18/AGO/2017, ÀS 09h26.  
 NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO.  
 DIA E HORA DO FATO: 18 DE JULHO DE 2016, POR VOLTA DAS 01H00.  
 LOCAL DA OCORRÊNCIA: AV. JOSÉ ALVES CAMBOIM, DE FRENTE AO HOSPITAL, BAIRRO BELA VISTA, IMACULADA/PB.

 **SAMU 192**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO  
 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
 REGIONAL DE PIANCÓ SAMU- 192

Nº 010/2017 Água Branca, 12 de Setembro de 2017.

Vítima: PAULO ROBERTO LOPES  
 Data Nascimento: 22/06/1975  
 Sexo: Masculino

Data da Ocorrência: 18/07/2017  
 Técnico de Enfermagem: MARIA JOSÉ LUIZ  
 Condutor: GILBERTO ALVES PEREIRA  
 Enfermeiro: IZABELLA FERNANDES DE ARAÚJO  
 Viatura: USB-13  
 Natureza da ocorrência: Acidente de Trânsito

Procedimento: Vítima de acidente automobilístico na cidade de Imaculada. Apresentando-se consciente, orientado, nervoso, pele e mucosa hipocroradas, taquipnéico, taquicárdico. Relatando bastante dor no MIE, com fatura de exposição em MIE mais sangramento intenso e dor no local. Realizado imobilização do MIE com talas e ataduras. Colocado em prancha rígida e colar cervical de acordo com médico regulador e medicado sobre regulação. Ao exame, PA: (120x80 mmHg), FR: (78 rpm) e Sat O2: (98%); Tax (36°C). Encaminhado ao Hospital Regional de Patos onde foi

**Assim, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, bem como ao Hospital que prestou atendimento ao autor, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.**

Por fim, diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
 Pede Deferimento,

AGUA BRANCA, 26 de janeiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**